Apresentação

Com satisfação, apresentamos o volume 92, nº 3, relativo ao trimestre de julho a setembro de 2026 da *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*.

O volume abre com artigo do Ministro do TST Alexandre Belmonte em que se analisam os reflexos jurídicos da ludopatia (CID-11: 6C50) nas relações de trabalho, ponderando-se o dever de proteção à saúde mental do empregado e a preservação da boa-fé e da probidade contratual.

O segundo artigo, de autoria do Ministro do TST Breno Medeiros e Katya Chuc, intitulado "Federalismo fraternal. Concretização do princípio da fraternidade no federalismo", trata do princípio da fraternidade como um conceito fundamental para o reforço da cooperação e da solidariedade entre os entes federativos, garantindo uma governança harmoniosa e integrada.

O artigo do Ministro do TST Sergio Pinto Martins, intitulado "Regime de trabalho 5 x 2 da Emenda Constitucional nº 141/26", trata da novel emenda à Constituição e das possíveis consequências de sua implantação.

O texto de Mauro Paroski analisa o assédio eleitoral nas relações de trabalho sob a perspectiva dos direitos fundamentais e da proteção da liberdade política do trabalhador.

José Antônio Ribeiro analisa em seu artigo as perícias judiciais no contexto do direito fundamental à saúde do trabalhador, propondo técnicas para a (re)construção de laudos periciais.

O artigo de Luciano Martinez trata das condutas antissindicais na sociedade digital de risco, marcada pela integração entre plataformas, inteligência artificial, sistemas algorítmicos e tratamento massivo de dados.

Daniela Vasconcellos e Mathias Gewehr analisam o direito à não discriminação no trabalho em razão da deficiência física, abordando aspectos da proteção jurídica da pessoa com deficiência.

José Eduardo Galvão aborda a regulamentação da jornada de trabalho no Brasil entre 1900 e 1932, enfocando as disputas entre trabalhadores, empresariado e Estado em torno da instituição das oito horas de trabalho diárias.

O texto de Ivan Kaminski analisa a tensão entre o acesso e a gratuidade da justiça e o controle de abusos na Justiça do Trabalho após a Lei nº 13.467/2017.

Marcelo Chamone aborda a autonomia dogmática da prescrição intercorrente introduzida no processo do trabalho pelo artigo 11-A da CLT.

O artigo de Elaine Rodrigues trata do assédio moral como risco psicossocial capaz de iniciar um processo silencioso de corrosão da dignidade humana e comprometer a liberdade existencial e o projeto de vida do trabalhador.

Álvaro Maciel e Saulo Mendonça propõem em seu texto a noção de governança da disponibilidade digital no trabalho para examinar como metas, controles, comunicações extrajornada e critérios de desempenho podem transformar a conexão tecnológica em disponibilidade laboral exigível.

Ana Beatriz Presgrave e Inácio Oliveira tratam do procedimento de reafirmação de jurisprudência como instrumento para a aprovação de precedentes vinculantes na Justiça do Trabalho a partir da previsão regimental de rito simplificado para o processamento e julgamento de IRRs, IRDRs e IACs nos casos em que a questão discutida já é objeto de jurisprudência reiterada e dominante no tribunal.

O texto de Henrique Mazzon e Otavio Silva analisa a aplicação do requisito da aderência estrita nas reclamações constitucionais envolvendo a denominada "pejotização" no STF.

O texto de Isabel Gomes, intitulado "Inteligência artificial, discriminação de gênero e a urgência regulatória do Projeto de Lei nº 2.338/2023", analisa o impacto das transformações tecnológicas ensejadas pela inteligência artificial no âmbito do exercício do poder empregatício.

Ana Carolina Castro e Luis Eduardo Barbosa abordam a aplicação do art. 444, parágrafo único, da CLT ao contrato especial de trabalho esportivo, considerando o artigo 86, § 12, da Lei Geral do Esporte.

Desejamos a todos uma excelente leitura, na expectativa de que os textos apresentados possam contribuir para promover reflexões e divulgar conhecimento na área trabalhista.

A Comissão Editorial